

**Ata da 58ª Reunião Ordinária**  
**da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,**  
realizada em 03/09/2010, 6ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala dos Conselhos, 2º Andar

**Membros Participantes:**

1. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gerson Clovis Maltz – Ministério dos Transportes
3. Marcel Olivi Gonzaga Barbosa – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Outros Participantes:**

4. Haroldo Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
5. Eagles Alves Muniz – Ministério da Ciência e Tecnologia
6. Marcela Cardoso Guilles da Conceição – Ministério da Ciência e Tecnologia
7. Thiago de Araujo Mendes - Ministério da Ciência e Tecnologia
8. Henrique Silva Moura - Ministério da Ciência e Tecnologia
9. Claudia Maria Resende de Souza - Ministério da Ciência e Tecnologia
10. Núbia Elizabeth de Santana Silva - Ministério do Meio Ambiente
11. Andrea Arion Oncala - Ministério do Meio Ambiente
12. Luis Fernando Badanhan - Ministério de Minas e Energia
13. Cibele Dutra de França – Ministérios dos Transportes
14. João Flávio I. L. Natividade – Ministérios dos Transportes
15. Thiago Augusto Rosa de Paula – Ministérios dos Transportes

## Resumo das discussões e decisões da 58ª Reunião Ordinária da Comissão:

- Aprovação da Ata da 57ª Reunião Ordinária
- Análise dos projetos – síntese:

Projeto	Status Anterior	Novo Status
290/2010 - Utilização de calor residual na planta da Votorantim Metais em Niquelândia, Brasil	Entrada	Submetido
289/2010 - Projeto MDL da PCH Malagone, Minas Gerais, Brasil	Entrada	Submetido
288/2010 - Projeto de Gás de Aterro de Manaus	Submetido	Aprovado com Ressalva
287/2010 - Corpus/Araúna - Projeto de Biogás de Aterro Sanitário	Submetido	Aprovado com Ressalva
286/2010 - Projeto de carbonização energia verde - Mitigação da emissão de metano na produção de carvão vegetal do Grupo Queiroz Galvão – Maranhão, Brasil	Submetido	Aprovado com Ressalva
285/2010 - Reduções de emissões de GEE provenientes de tratamento melhorado de águas residuais industriais em Embaré – Lagoa da Prata, Minas Gerais, Brasil	Submetido	Aprovado com Ressalva
284/2010 - Projeto de Pequena Hidroelétrica Cascata Chupinguaia	Em Revisão	Em Revisão
283/2010 - Projeto de Gás de Aterro de Marília / Araúna	Em Revisão	Aprovado com Ressalva
276/2010 - BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-04A	Em Revisão	Aprovado com Ressalva
275/2010 - Medida de eficiência energética na planta de Niquelândia (H1) - Atividade do projeto de MDL da Votorantim Metais	Em Revisão	Aprovado

- Novos projetos
- Outros assuntos
  - Renovação do período de créditos;
  - Mudança do modelo de consulta aos stakeholders;
  - Definição do calendário das reuniões da CIMGC para o ano de 2011

O Coordenador substituto da Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima, Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, após dar as boas vindas aos presentes e informar que o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro não participaria da reunião, iniciou a 58ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima por meio da aprovação da ata da 57ª Reunião Ordinária.

## **1. Aprovação da Ata da 57ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.**

O Coordenador substituto da Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima, Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, questionou se existiria alguma modificação a ser realizada em relação à minuta da ata da 57ª Reunião Ordinária da Comissão, e perguntou se todos concordavam com a aprovação. A única modificação sugerida na ata foi proposta pela Sra. Andrea Arion Oncala do Ministério do Meio Ambiente, em que foi pedida a correção do nome da Sra. Núbia Elizabeth de Santana Silva do Ministério do Meio Ambiente, que na ata apresentava-se errado. Como nenhuma outra modificação foi sugerida, a ata foi aprovada com a correção sugerida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na sequência, os membros da CIMGC passaram a analisar as atividades de projeto MDL. Os títulos dos itens seguintes foram extraídos da Agenda da reunião.

## **2. Projetos em revisão cujos proponentes ainda não apresentaram respostas aos órgãos em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC.**

- **283 - Projeto de Gás de Aterro de Marília / Araúna (ofício 469, enviado em 14/07/2010)**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira passou a palavra ao representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Thiago de Araújo Mendes, para que fizesse a descrição do projeto.

O Dr. Thiago de Araújo Mendes descreveu brevemente o projeto e indicou que o mesmo não foi apresentado para a Comissão dentro do prazo estabelecido pela Resolução 05 da Comissão. No entanto, afirmou que a Secretaria Executiva teve tempo hábil para analisar o referido projeto.

Em seguida, o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira questionou se a Comissão poderia analisar o referido projeto, mesmo não tendo sido cumprido o prazo de 10 dias antes da reunião. Como não houve nenhuma objeção por parte dos outros Ministérios, o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira prosseguiu passando a palavra para o Dr. Thiago de Araújo Mendes, a fim de que apresentasse o parecer da Secretaria Executiva da CIMGC para o projeto em questão.

O Dr. Thiago de Araújo Mendes indicou que o projeto ainda apresentava pequenos problemas de inconsistência como erros de notação científica, problemas de documentação de representante legal da empresa, bem como no Relatório de Validação, tendo sido

recomendada a aprovação com ressalvas. Em seguida, o Dr. Adriano se mais algum membro da Comissão gostaria de fazer alguma manifestação em relação ao projeto.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, solicitou que os participantes do projeto enviassem a cópia do ajustamento de conduta, demonstrando que estão de acordo com o plano de desativação do aterro. E a CIMGC concordou pela aprovação com ressalvas do projeto, devendo atender as seguintes considerações:

1. Corrigir os seguintes itens: numeração das figuras nas páginas 5 e 15 do PDD; corrigir a tabela da pág. 37 do item B 6.2, na qual consta erro de notação científica e corrigir o item A. 4.2.
  2. Corrigir o anexo III que apresenta erro de formatação (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).
  3. Correções dos itens 2.3 e A.2.1 do anexo 2 do Relatório de Validação que apresenta numa frase a expressão “por coletado” que sobra no texto, portanto a mesma deve ser suprimida.
  4. Apresentar documentação que comprove que o Sr. Maurício Roberto Maruca é o representante legal do projeto, pois foi apresentado documento com validade expirada em 31 de dezembro de 2008. Sugere-se que seja encaminhado o contrato social acompanhado das atas de diretoria ou documentação equivalente que apresente designação do Sr. Maurício Roberto Maruca como representante legal.
  5. Apresentar a versão em português definitiva do relatório de validação, pois continua o fundo da folha escrito “*Draft*”.
  6. Encaminhar documento demonstrando que a CETESB está de acordo com o plano de desativação do aterro, bem como a cópia do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC assinado.
  7. Revisar o item D.2 do DCP, destacando os impactos negativos esperados, se houver, bem como as medidas mitigadoras. Se não forem esperados impactos negativos, isso deve ser colocado no item mencionado, demonstrando que foram realizados estudos que subsidiem esta conclusão
3. **Projetos em revisão cujos proponentes não apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC.**
- **267 - Utilização de calor residual na planta da Votorantim Celulose e Papel em Jacareí, Brasil.(ofício 452, enviado em 25/03/2010, com resposta “incompleta” recebida em 26/05/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira passou a palavra para o Dr. Thiago de Araújo Mendes, que falou sobre a resposta incompleta encaminhada pelos participantes do projeto em relação ao ofício enviado pela CIMGC. Sugeriu que a CIMGC fosse consultada sobre a possibilidade da Secretaria Executiva encaminhar um ofício advertindo os participantes de projeto a se manifestarem dentro de um prazo de 15 dias sobre a intenção de continuar com o referido projeto submetido.

Em seguida, o Dr. Adriano falou sobre a importância da Comissão enviar esse ofício para garantir que o ônus da demora em fornecer uma resposta não recaísse equivocadamente sobre a Comissão, pois tendo em vista esse cenário, poderia parecer que a Comissão estaria atrasando a apresentação de uma resposta em relação à análise da atividade de projeto. Como os outros membros da CIMGC concordaram com a proposta, ficou acertado o envio de ofício de advertência para os participantes do projeto, no qual constaria um prazo de 15 dias para resposta.

- **268 - Projeto de Compostagem de Lodo de Jacaré da VCP. (ofício 454, enviado em 25/03/2010, com resposta “incompleta” recebida em 26/05/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira explicou que esse projeto apresentava-se na mesma situação que o projeto 267. Portanto, sugeriu que a mesma ação fosse tomada, ou seja, os participantes desse projeto também receberiam um ofício de advertência nos moldes do anterior.

#### **4. Projeto em revisão cujos proponentes apresentaram respostas ao ofício em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC**

- **275 - Medida de eficiência energética na planta de Niquelândia (H1) - Atividade do projeto de MDL da Votorantim Metais (ofício 462, enviado em 17/05/2010, com resposta recebida em 13/08/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira passou a palavra para o representante do MCT, que indicou que as considerações levantadas pela Comissão foram devidamente respondidas, sendo dessa forma recomendada a aprovação pela CIMGC.

O representante do Ministério de Minas e Energia, Sr. Luis Fernando Badanhan, concordou com o MCT e manifestou que todas as considerações feitas pelo MME foram atendidas.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, também concordou com o representante do MCT informando que os participantes do projeto enviaram cópias da licença ambiental da planta. Com base nessas manifestações, o projeto em questão foi considerado aprovado pela Comissão.

- **276 - BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-04A (ofício 470, enviado em 14/07/2010, com resposta recebida em 03/08/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira passou a palavra para o representante do MCT, que indicou que as considerações levantadas pela Comissão não foram devidamente respondidas, faltando um esclarecimento quanto à diferença entre o número de animais que consta na licença ambiental e o número declarado no DCP. Recomendou-se que a atividade fosse aprovada com ressalvas.

Como não houve nenhuma objeção por parte dos outros Ministérios presentes na reunião, a atividade de projeto em questão foi considerada aprovada com ressalvas, devendo atender a seguinte consideração:

- 1) Esclarecer a divergência entre o número de animais informado no DCP e aquele que consta na licença ambiental. Faz-se necessário realizar a devida comunicação aos órgãos ambientais frente aos acréscimos na produção.

- **284 - Projeto de Pequena Hidroelétrica Cascata Chupinguaia (ofício 477, enviado em 14/07/2010, com resposta recebida em 17/08/2010).**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira passou a palavra para o representante do MCT, que indicou que as considerações levantadas pela Comissão não foram devidamente respondidas, faltando esclarecimentos quanto à diferença entre a capacidade instalada licenciada pela ANEEL e aquela que consta no projeto. Além disso, o projeto apresenta problemas com a escolha do fator de emissão usado pelos participantes do projeto, sendo dessa forma, mantido em revisão pela Secretaria Executiva.

O representante do Ministério de Minas e Energia, Sr. Luis Fernando Badanhan, concordou com o MCT e disse que todas as considerações feitas pelo MME não foram atendidas e que, portanto, há a necessidade de maiores esclarecimentos. Ressaltou ainda, a questão da diferença de capacidade instalada do projeto com a capacidade instalada licenciada pelos órgãos reguladores.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, também concordou com o MCT e MME, e solicitou que os participantes de projeto revisassem o anexo III.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira sugeriu à CIMGC que a atividade fosse mantida em revisão, dado que o projeto em questão apresenta problemas no anexo III, de adicionalidade e de fator de emissão. Tendo em vista o potencial de prejuízo à integridade ambiental do mecanismo, também propôs que as seguintes questões fossem inseridas na pauta de discussão da reunião de outubro: processo de licenciamento, mudança do fator de emissão no período de validação e aquisição de subsídios, incluindo a CCC, num momento posterior ao processo de validação, como ocorreu no projeto em análise, ., E a CIMGC concordou com a revisão do projeto, devendo atender as seguintes considerações:

1. Tendo em vista que não houve comunicação à ANEEL sobre a alteração na capacidade instalada da usina, sendo esta comunicação obrigatória ao órgão responsável toda vez que ocorrer alteração na capacidade instalada do empreendimento, solicita-se que seja esclarecido qual será a real capacidade instalada do projeto.

O DCP afirma que a energia gerada por ano corresponde a 70.193,88 MWh, com uma potência instalada de 9,6 MW, no entanto cita também a potência de 10,68 MW e o Fator de Carga de 65,6%. Entendemos que a resposta do Proponente do Projeto atendeu parcialmente a solicitação feita pela CIMGC. Apesar da potência instalada de placa ser de 10,68 MW, a efetiva geração de energia fica limitada, entre outras coisas, pela capacidade do rio. Neste sentido, os registros da ANEEL (9,6 MW) são os dados oficiais que devem ser considerados para efeitos de cálculo no DCP. **Portanto, deve-se solicitar à ANEEL a alteração da capacidade instalada da usina e encaminhar documento desta comunicação formal.**

2. Levando-se em conta que o ofício de retorno apresenta a seguinte afirmação  
Além disso, em praticamente todas as passagens do DCP/PDD validado que citam a CCC é dito também que mesmo com este subsídio a instalação dos empreendimentos enfrenta as mesmas barreiras, como constatado pelo Tribunal de Contas da União.

e que a não inclusão das receitas originárias da sub-rogação do CCC na análise financeira do DCP/PDD ainda não está plenamente esclarecida, solicita-se que o proponente apresente a mesma revisada.

3. Refazer os cálculos relacionados à redução de emissões da atividade, utilizando:

- o fator de emissão do *grid* nacional no caso de ser aplicada a abordagem *ex ante* ou;
- o fator de emissão publicado no site do MCT na internet no caso da abordagem *ex post*, com as conseqüentes modificações que essa ação acarretaria nos documentos associados à atividade de projeto.

4. Esclarecer e aperfeiçoar os seguintes elementos do Anexo III:

- Em um ponto o proponente admite que o impacto sobre a **geração de empregos** durante a fase de operação e manutenção da usina é **pequeno**, entretanto mais adiante afirma que o projeto “*representa a criação de uma quantidade relevante de postos de trabalho tanto no momento de construção da usina quanto durante o processo de operação da mesma*”. **É necessário corrigir essa contradição, inclusive apresentando estimativa de empregos a serem gerados.**

- Apresentar esclarecimentos satisfatórios em relação a como o projeto irá contribuir para o **desenvolvimento das condições de trabalho.**

- Em relação à **distribuição de renda**, quanto aos investimentos citados,

além de não haver garantias de que serão realizados, são atribuições ordinárias do poder público local, não se configurando em distribuição de renda em si. **É necessário reapresentar esse elemento.**

- A contribuição para a **capacitação** é igualmente vaga, uma vez que se apoia na concepção de que a implementação do projeto “*pode representar o surgimento de um quadro de capacitação de mão-de-obra local*”. **É necessário reapresentar esse elemento.**

- Em relação à **integração regional e articulação com outros setores**, reconhece-se que **a área de influência do projeto é limitada**. Ainda assim, **exalta a participação de diferentes empresas e a articulação com outros setores**. Mesmo não deixando totalmente clara a questão, há a conclusão de que “*a atividade de projeto apresenta uma significativa contribuição para a integração regional*” e “*apresenta grande influência na articulação com outros setores produtivos*”. **Torna-se necessário um maior detalhamento em relação a essa suposta integração.**

## **5. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, passou a considerar os novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC.

- **285 - Reduções de emissões de GEE provenientes de tratamento melhorado de águas residuais industriais em Embaré – Lagoa da Prata, Minas Gerais, Brasil.**

O representante do MCT, Sr. Thiago de Araújo Mendes, citou problemas encontrados no projeto, relacionados ao processo de consulta aos *stakeholders* e anexo III, e que por isso o parecer da Secretaria Executiva era pela aprovação com ressalvas.

Como os outro membro se manifestaram favoráveis ao parecer da Secretaria, o referido projeto foi considerado aprovado com ressalvas e deverá atender as seguintes ressalvas:

### **1. Reapresentar DCP/PDD para:**

- ✓ Corrigir o item B.8 do DCP que consta a data de 31/05/10 como a de finalização de aplicação da metodologia, sendo que o DCP é datado de 05/04/10.
- ✓ Corrigir erros de notação científica
- ✓ Corrigir o seguinte erro no sub-passo 2ª, seção B.5: a versão em português apresenta tabelas 4 e 5 enquanto a versão em inglês menciona tabelas 5 e 6.



- ✓ Corrigir o seguinte erro na seção B.7.2: na versão em português, menciona-se figura 5, e na versão em inglês, menciona-se figura 6, tratando-se da mesma ilustração.

2. A análise contida no Anexo III precisa ser ampliada, apresentando mais detalhes de forma clara e objetiva como o projeto contribui para *Contribuição para a distribuição de renda; Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico e Contribuição para integração regional e articulação com outros setores.*

3. Em relação às cartas-convite:

Disponibilizar em sítio de internet última versão do DCP e Anexo III imediatamente ao recebimento desta comunicação. Da mesma forma, é preciso encaminhar cópias dos ARs, que confirmariam o recebimento das cartas-convite pelas partes interessadas listadas na resolução 7 da CIMGC para realização de comentários ou apresentar esclarecimento específico sobre o assunto, indicando que a atividade de projeto está de acordo com os procedimentos necessários apontados pela resolução 7 da CIMGC.

4. Não foi possível verificar o ano da revisão na 2ª página do relatório de validação em português, pois a data está incompleta. Corrigir o erro.

➤ **286 - Projeto de carbonização energia verde - Mitigação da emissão de metano na produção de carvão vegetal do Grupo Queiroz Galvão – Maranhão, Brasil.**

O representante do MCT, Sr. Thiago de Araújo Mendes, destacou problemas no licenciamento ambiental, bem como a necessidade de documentos que comprovem a legitimidade das assinaturas dos responsáveis pela comunicação com a CIMGC, tendo sido desta forma, sugerida a aprovação com ressalvas.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, também concordou com o MCT e pediu que os participantes de projeto revisem o anexo III. Além disso, a Sra. Andrea sugeriu que os participantes que já entram com pedido de licença ou renovação da mesma enviem junto com o protocolo de pedido ou renovação, um ofício do órgão ambiental sobre o andamento do processo de obtenção da licença. E solicitou a opinião dos outros membros presentes na reunião sobre esse assunto.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira solicitou que os membros refletissem sobre um problema que poderia existir nesse processo, pois se o órgão ambiental responsável, por algum motivo, não conseguir responder mesmo que previamente ao processo de entrada para obtenção da licença, o participante de projeto, nesse caso, poderia ser prejudicado.

O representante do Ministério dos Transportes, Sr. Gerson Clovis Malty, concordou com a colocação do MCT e lembrou que os órgãos ambientais regionais não apresentam

uniformidade no nível nacional, o que pode causar um certo atraso no processo de licenciamento, em função do órgão ambiental responsável não ter tempo hábil em apresentar uma análise em tempo expedito. Sugeriu que os participantes de projeto apresentem juntamente com o projeto, documento que comprove todo o processo de obtenção de licença ambiental, assim como o andamento dessa solicitações, se por ventura existirem, desde que isso não seja um impedimento do andamento do processo de aprovação junto à Comissão.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira concordou com a sugestão do representante do Ministério dos Transportes, pois considera que essa proposta representaria uma boa adaptação do que foi proposto pelo MMA e que não irá prejudicar o proponente no caso do órgão ambiental não conseguir responder à solicitação de pedido de licença ambiental em tempo hábil.

O representante do Ministério do Planejamento, Sr. Marcel Barbosa, concordou com o que foi sugerido pelo MT, assim como o representante do MME, Sr. Luis Fernando Badanhan, que disse também que esse processo agilizaria o trabalho, retirando esse ônus da Comissão.

Dessa forma, a sugestão do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério dos Transportes foi aceita por todos os membros da Comissão e o projeto em questão foi aprovado com ressalvas, devendo atender as seguintes considerações:

4. Reapresentar DCP para:

- ✓ Corrigir tabelas da figura 7a que estão em inglês.

5. Reapresentar Relatório de Validação para:

- ✓ Corrigir a página 3 da versão no idioma inglês, devendo nela ser acrescentada a nomenclatura do documento (Anexo 8), existente na versão em português.

6. Reapresentar Anexo III para:

Corrigir a expressão: *“A atividade de Projeto de Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Energia Verde contribui para mitigação das emissões de gases do efeito estufa por meio da capacitação dos operadores de carbonização e do aprimoramento do desenho dos fornos existentes, juntamente com uma melhoria técnica do processo de produção. etc. ...”*, contida no penúltimo parágrafo da página 4, tendo em vista que ela se reporta à seção “Contribuição para a sustentabilidade ambiental local” do Anexo III, e por conter erro conceitual, deve ser substituída por: ***“a atividade de projeto contribui para a sustentabilidade ambiental local por meio da capacitação dos operadores de carbonização e do aprimoramento do desenho dos fornos existentes, juntamente com uma melhoria técnica do processo de produção.”***.

- ✓ Providenciar a correção do erro “empreendimento” citado no anexo III, pois trata-se da atividade de projeto. O empreendimento não é exclusivo da Energia Verde, devendo, portanto, a expressão “do empreendimento da Energia Verde” em itálico, ser substituída pela “da atividade de projeto”.

✓ Detalhar e esclarecer melhor as contribuições do projeto para sustentabilidade ambiental local e a integração regional e articulação com outros setores.

7. Em relação às declarações:

✓ Não foram disponibilizados no prazo para a elaboração deste Parecer, os Contratos Sociais das Siderúrgicas Vale do Pindaré, COSIMA e SIMASA, de forma a permitir que fosse verificado se as pessoas que assinaram as declarações de conformidade trabalhista e ambiental apresentadas à CIMGC, poderiam assiná-las pelas respectivas empresas, de forma isolada, valendo o mesmo para a Declaração de Responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC.

✓ O Contrato Social da Queiroz Galvão Participações – Indústria e Participações S/A, também não foi encaminhado em tempo hábil para análise, impedindo a confirmação de que apenas a assinatura de um de seus Diretores seria o suficiente para confirmar o comprometimento da empresa nas Declarações de Conformidade e de responsabilidade pela Comunicação junto à Secretaria Executiva da CIMGC.

✓ No que se refere à empresa Energia Verde, esta deverá ratificar seu comprometimento providenciando uma assinatura adicional nas três Declarações conjuntas antes encaminhadas: Conformidade Trabalhista, Ambiental e de Responsabilidade pela Comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC. A solicitação de baseia no que é determinado pelo Contrato Social da empresa, o qual menciona a necessidade da assinatura de duas pessoas habilitadas por sua Diretoria.

8. Quanto às Licenças Ambientais:

✓ Apresentar protocolo com pedido de renovação das Licenças de Operação nºs 259/2008, 280/2008, 281/2008 e 291/2008, expedidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão, por terem vencido ou estarem vencendo em datas muito próximas à atual.

✓ Devem os Participantes do Projeto informar à CIMGC se o Município de Carautapera/MA, é parte integrante dos limites da atividade de projeto, pois foi objeto da LO nº 735/2009, e diz respeito à licença concedida à empresa participante. Em caso afirmativo, tanto o DCP/PDD quanto o RV/VR, assim como o Anexo III deverão ser objeto de retificações, além da necessidade de novas Cartas-convite terem de ser enviadas aos *stakeholders* do município mencionado.

➤ **287 - Projeto Aterro Corpus/Araúna – (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 01/07/2010).**

O representante do MCT, Sr. Thiago de Araújo Mendes, citou problemas de notação científica, formatação e identificou também que não foi apresentada cópia da licença ambiental e do CNPJ da empresa. Dessa forma, o parecer da Secretaria Executiva foi pela aprovação do projeto, com ressalvas.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, também identificou a ausência de cópia das licenças ambientais do projeto, além de um erro na data de início da atividade de projeto que consta como setembro de 2009, e segundo as normas da UNFCCC, tem que ser a data mais antiga, que seria janeiro de 2009. Também questionou se o projeto envolveria ou não geração de energia, além da captura de gás.

O representante do MCT, Sr. Thiago de Araújo Mendes, explicou que existe a possibilidade do projeto gerar energia, tendo em vista o fato de o proponente usar uma ferramenta para a determinação do fator de emissão do sistema elétrico. A metodologia consolidada usada no projeto permite a queima ou a geração de energia com a captura do gás. Em seguida, o representante do MME concordou com o MCT, manifestando que o projeto irá gerar energia através de um motor de combustão e que o projeto faz o cálculo de reduções de emissões com base nessa energia gerada, com base nos dados de 2008 disponibilizados pelo MCT.

Dessa forma, o projeto foi aprovado com as ressalvas do MCT e MMA e deverá atender as seguintes considerações:

9. Reapresentar o DCP/PDD para:

✓ Na página 2 do DCP deve ser corrigida a informação existente sobre o total de emissões evitadas pela atividade de projeto. Onde se lê (Subseção A.2 – 5º §): “..., etc. O total de reduções de emissões é estimado em 339.137 toneladas de CO<sub>2</sub> ao longo dos 07 anos do período de crédito.” Deve-se corrigir para: “..., etc. O total de reduções de emissões é estimado em 339.137 toneladas de CO<sub>2</sub>e (nosso grifo) ao longo dos 07 anos do período de crédito.”

✓ Há informações constantes no DCP que não constam no PDD, como, por exemplo:

- Na pág. 13 do DCP há um parágrafo inteiro que não está vertido para o inglês (vide 1º §), como se pode constatar na pág. 12 do PDD [*Step 2 – Investment analysis (Step 2 of the Tool)*]; e

- Na mesma página 13 do DCP, o segundo parágrafo desta página não foi completado. No PDD este parágrafo é inexistente, ou seja, não foi vertido para o inglês.

✓ Corrigir o nome oficial da sigla CIMGC, conforme erro constatado na página 58 do DCP.

✓ Corrigir erros de notação científica.

✓ Esclarecimentos sobre quando a decisão sobre o AF / MDproject será tomada;

10. Disponibilizar em sítio de internet última versão do DCP e Anexo III imediatamente ao recebimento desta comunicação.

11. Apresentar os Contratos Sociais e/ou Alterações Contratuais posteriores, para comprovar que tanto o signatário das declarações apresentadas por parte de Corpus Saneamento e Obras Ltda., quanto o da Araúna – Energia e Gestão Ambiental Ltda., detêm poderes para firmarem, isoladamente, as declarações de conformidade

trabalhista e ambiental, assim como a do responsável pela comunicação junto à Secretaria Executiva da CIMGC.

12. Apresentar cópia da licença de Operação para a atividade de projeto.
13. Reapresentar o relatório de Validação/Validation report para revisar/eclarecer os seguintes pontos abaixo:
  - ✓ A TIR mencionada no Relatório de Validação (-1,48 %) difere da TIR mencionada no DCP (-1,84%);
  - ✓ O relatório de validação também menciona uma TIR de 4,69%; não ficando claro se esta TIR foi calculada anteriormente;
  - ✓ O relatório de validação menciona que a calibração será feita de acordo com a Norma NBR 10396, mas o DCP não menciona tal norma, justificar;
  - ✓ Maiores informações sobre a seguinte afirmação: “O participante do projeto ainda não decidiu se o MDproject, será aquele durante o primeiro ano da atividade do projeto (opção 1) ou durante o ano y da atividade do projeto (opção 2)”. Quando será feita esta definição?
14. Informar CNPJ da CORPUS Saneamento e Obras Ltda.
15. Verificar a adequação da data apresentada como data de início da atividade do projeto, uma vez que a data de início da atividade do projeto deve ser a mais antiga na qual a implementação, construção ou real ação do projeto de MDL se inicia.

➤ **288 - Projeto de Gás de Aterro de Manaus - (projeto recebido pela Secretaria Executiva em 06/07/2010).**

O representante do MCT, Sr. Thiago de Araújo Mendes, citou problemas relativos à formatação, notação científica, concordância, texto em inglês dentro do DCP., A avaliação da Secretaria Executiva foi pela aprovação com ressalvas do referido projeto.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, identificou a ausência da cópia das licenças de operação do aterro e do sistema de captura e queima do gás.

Como não foi apresentada nenhuma outra solicitação adicional àquelas feitas pelo MCT e MMA, o projeto em questão foi considerado aprovado levando em conta as ressalvas feitas por ambos os Ministérios, e deverá atender as seguintes considerações:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
  - Corrigir tabela 4 do DCP que apresenta dados em inglês;
  - Corrigir erros de notação científica;
  - Corrigir numeração das tabelas;

- Corrigir formatação da figura 10;
- Corrigir nas páginas 47, 50 erro de formatação, “**Error! Reference source not found!**”
- Corrigir item B.4 – Descrição de como o cenário da linha de base é identificado e descrição do cenário da linha de base indicado, Passo 3, pág.14. No quarto parágrafo da versão em inglês há a sigla “P6” referindo-se a uma das alternativas. Na versão em português está sigla não aparece.
- Corrigir item B.5 – Descrição de como as emissões antrópicas de gases de efeito estufa por fontes são reduzidas para níveis inferiores aos que teriam ocorrido na ausência da atividade de projeto registrada no âmbito do MDL (avaliação e demonstração da adicionalidade) – Passo 2, segundo os detalhes descritos abaixo:
  - Subpasso 2b, tabela 2:
 

Na última linha da tabela há uma nota de pé de página na versão em inglês que não aparece na versão em português. A partir deste ponto as notas de pé de página passam a não terem mais a mesma correspondência em ambos os idiomas. A nota é a de número 7 no PDD e a versão original diz: “<sup>7</sup>Note: It was not considered the currency risk. Consequently, this benchmark calculation is deemed conservative”. Uma tradução possível seria: “<sup>7</sup>Nota: não foi considerado o risco cambial. Consequentemente, este cálculo de benchmark é considerado conservador”.
  - Subpasso 2c:
 

Na primeira linha do primeiro parágrafo da página 22 a versão original é “As despesas de capital estimadas incluem...”.

Uma opção seria “As despesas estimadas de capital incluem...”
  - Subpasso 2d:
 

A “Tabela 1 – Análise de sensibilidade” apresenta os valores com notação em inglês.
  - Passo 4, subpasso 4 a:
 

O nome dos projetos presentes na tabela, bem como as notas presentes, encontram-se em inglês no DCP.
- Corrigir item B.6.2 do DCP – Dados e parâmetros disponíveis na validação. No parâmetro DCH4 – densidade de metano, no DCP as unidades apresentadas são graus Celsius para temperatura e ATM para pressão. Na versão em inglês (PDD), consta a pressão em bar.
- Corrigir item B.6.3 do DCP – Cálculo ex-ante das reduções de emissões. O parágrafo que antecede a tabela 5 – Quantidade Estimada de Metano capturado pela atividade do projeto tem sua referência cruzada com problemas.
  - Quando tratando do sub-ítem “1- Fugas estimadas”, a equação abaixo aparece duas vezes na versão em inglês e apenas uma na versão em

português. Ela deveria aparecer no DCP antes da expressão “onde” que dá a explicação do  $COEF_{i,y}$

$$PE_{FC,j,y} = \sum_i FC_{i,j,y} \times COEF_{i,y}$$

- Quando tratando do sub-ítem “2 – Estimativas das emissões antropogênicas por fontes de gases de efeito estufa na linha de base”, no parágrafo que antecede a tabela 8 – Emissões da linha de base, tem sua referência cruzada com problemas.
- No passo 7 – Calcular o fator de emissão da margem combinada, o terceiro parágrafo apresenta a soma  $WOM + WBM = 1.0$ , deveria ser 1,0. A notação numérica está equivocada.
- Corrigir item B.6.4 do DCP – Síntese da Estimativa ex-ante as reduções de emissões. A tabela apresentada tem valores distintos à tabela equivalente na versão em inglês.
- Corrigir item B.5 do PDD – “Description of how the anthropogenic emissions of GHG by sources are reduced below those that would have occurred in the absence of the registered CDM project activity (assessment and demonstration of additionality)” segundo os detalhes descritos abaixo:
  - Sub-step 1b, pág. 15 A tabela apresentada possui um dos documentos com o nome em português.  
Original: “Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”.  
Sugestão: Solid waste Integrate Management
  - Sub-step 2d, pág. 21. O gráfico que ilustra a tabela 5 (table 5 – Sensitivity Analysis) está com nomenclatura table 6 (deveria ser graphic...) e a notação dos valores apresentados estão em português.
- Corrigir item B.6.1 do PDD – “Explanation of Methodological choices”, pág. 27. A descrição do parâmetro DCH4 apresenta seu valor medido em graus Celsius (temperatura) e bar (pressão). A mesma descrição do parâmetro no DCP tem como parâmetro de pressão a ATM. Embora sejam equivalentes ( $1 \text{ atm} = 1,01325 \text{ bar}$ ) acredito que deveria haver uma homogeneidade das unidades entre os documentos.
- Corrigir item B.6.3 do PDD – Ex-ante calculation of emission reduction, pág. 45, segundo os detalhes descritos abaixo:
  - O símbolo ] não está representado corretamente quando da sua descrição nesta página. (pág.45)
  - No sub-ítem “2 – Estimated anthropogenic emissions by sources of Greenhouse gases of the baseline”, a tabela apresentada na página 48 apresenta erro de referência cruzada no parágrafo anterior à ela.

## 2. Reapresentar Relatório de Validação/Validation Report para:

- Corrigir tanto na versão em português quanto na versão em inglês a numeração de páginas. Há numeração a partir das tabelas do Anexo 1 (página 28 da versão em português e página 27 da versão em inglês)
- Corrigir na versão em português do relatório, o item 4.8 – Aplicação da metodologia de monitoramento e plano de monitoramento, o 7º parágrafo (página seguinte ao título do item) apresenta erro de digitação.

Original: “Verificado durante visita ao local, (...) para garantir a exatidão contes confiáveis...”

Sugestão: “Verificado durante visita ao local, (...) para garantir a exatidão de fontes confiáveis...”

- Nesta mesma página, no parágrafo 15º há um erro de digitação.

Original: “O sistema Landtec do o projeto...”

Sugestão: “O sistema Landtec do projeto...”

- Corrigir no sub-item B.10.2 do Anexo 2 “Lista de verificação da validação” (pág 78/109) onde aparece “DCP seção B.7 (B.4 / B.6.2)” deveria ser “DCP seção B.7 (B.7.2 / B.6.2)”. Na versão em inglês está correto.
- Corrigir no segundo parágrafo do item 3 do PDD – Methodology há um erro de referência cruzada quando citada a tabela do Anexo.
- Corrigir no item 7 do PDD – Document References, sub-item /3/ Environmental License há repetição do item “Protocolo – LO” planta de biogás. Além disso, o item está em português.
- Corrigir no ítem A1 do PDD “Anenex 1: Local Assessment”, falta um ponto de interrogação na terceira linha, primeira coluna, página 27.
- Corrigir na página 28, segunda linha, terceira coluna do PDD, a referência 18 apresenta-se em português.
- Corrigir no sub-item B.5.2 do Anexo 2 “Anennex 2: Validation Checklist” (pág. 30/99) onde aparece “PDD section B (B.6.2 – B.7.1)” deveria ser “PDD section B (B.6.1 – B.7.1)”. O mesmo erro é identificado nos sub-ítem B.5.3, B.5.4, B.5.5. Todos na página 31/99. Na versão em português está correto.
- Corrigir nas referências do Anexo 2 “Anennex 2: Validation Checklist” (pág. 52/99) o item 3 (Environmental License) aparece em português e repetido o tópico “ai – Protocolo – LO planta de biogás).

3. Apresentar a licença de operação do aterro de Manaus.

4. Apresentar a licença de operação do sistema de captura e queima do gás de aterro.

Em seguida, passou-se para o item 6 da agenda.

## 6. Outros assuntos



O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira prosseguiu com a reunião, informando que se não houvesse objeção dos membros da CIMGC, trataria de um assunto que não constava na agenda preliminar enviada previamente. Não havendo objeção, , informou que o prazo que os proponentes têm para que seus projetos sejam considerados como submetidos para a reunião posterior ao do envio dos documentos pertinentes é de cindo dias antes da reunião anterior à pleiteada., Com base nisso, informou que os projetos “Projeto MDL da PCH Malagone, Minas Gerais, Brasil” e “Projeto de Calor Residual da VM de Niquelândia” não cumpriram esse prazo. Tendo em vista que esse prazo não foi cumprido por uma diferença de poucos dias e que ainda faltavam dois meses para a próxima reunião, o Dr. Adriano perguntou se todos os membros estariam de acordo com que ambos os projetos fossem considerados na próxima reunião (outubro de 2010).

Como não houve manifestação contrária ao que foi sugerido pelo Dr. Adriano, os dois projetos mencionados acima foram considerados submetidos para a próxima reunião da Comissão.

#### – **Renovação do Período de Créditos;**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira (MCT) informou que algumas atividades de projeto estão próximas de ter o primeiro período de créditos vencido, e proponentes têm questionado se a CIMGC teria que se envolver no processo de revisão das linhas de base para os próximos períodos de creditação, lembrando que o proponente pode escolher entre 3 períodos de creditação de até 7 anos ou um período de creditação fixo de 10 anos. Lembrou ainda que para os 3 períodos de até 7 anos, existe a necessidade de reavaliar a linha de base ao final de cada período. O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira manifestou sua interpretação no sentido de que, em um primeiro momento, a CIMGC não teria que se envolver, pois o papel da Comissão é avaliar a contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável e em relação a isso o projeto não sofreria modificações consideráveis. Como a CIMGC estaria mais segura ouvindo o apoio da assessoria jurídica da CIMGC ou da CONJUR do MCT, o Dr. Adriano solicitou que o Dr. Haroldo se manifestasse sobre o assunto.

O Dr. Haroldo Machado Filho explicou que uma das principais funções da Comissão é avaliar a contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável do país. E que tendo em vista que o projeto é o mesmo, essa contribuição para o desenvolvimento sustentável não mudaria. No entanto, lembrou que desvio de conduta por parte dos participantes de projeto poderia ocorrer, e que para isso já existem filtros, como é o caso da Resolução nº 4 da CIMGC, em que a Comissão se resguarda o direito de anular a carta de aprovação do projeto caso haja algum problema comprovado. Dessa forma, fica entendido que a Comissão já estaria coberta caso algum projeto apresentasse algum desvio de conduta num segundo período de creditação. Portanto, não haveria a necessidade da Comissão se envolver nesse processo de renovação de obtenção de créditos.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira questionou o Dr. Haroldo se haveria a necessidade de fazer esse comunicado por demanda ou se haveria a necessidade de fazer um comunicado formal da Comissão pelo *site* do MCT. O Dr. Haroldo respondeu que seria melhor que essa

comunicação fosse feita por demanda e que a Secretaria poderia elaborar uma resposta padrão para esse questionamento.

O representante do MME questionou se existiria alguma exigência por parte do Conselho Executivo do MDL que o projeto deva apresentar outro relatório de validação durante esse processo de renovação. O Sr. Thiago (MCT) respondeu dizendo que quando o período de creditação acaba, a validação tem que ser refeita para confirmar que a linha de base permanece a mesma. Declarou ainda que o Conselho Executivo não exige uma nova carta de aprovação. Tendo o exposto acima, o representante do MME manifestou que assim a Comissão estaria mais resguardada em relação a isso.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira ainda ressaltou que a carta de aprovação faz menção sempre às últimas versões do DCP e do Relatório de Validação. Assim, se o proponente fizer qualquer alteração no projeto que precise de nova carta, a Secretaria Executiva estará ciente.

#### **– Mudança do modelo de consulta aos stakeholders;**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira explicou que alguns proponentes estavam com dificuldades para entregar os pedidos de convites de comentários para FBOMS, como já havia sido manifestado na reunião 57, e que na referida reunião, o Sr. Thiago de Araujo Mendes apresentou uma Nota Técnica elaborada pela Secretaria Executiva da CIMGC. Nessa nota técnica foi apresentada uma proposta de estabelecimento de um processo similar ao da UNFCCC, abrindo um período de consulta no Sítio de internet do próprio MCT, o que poderia resultar em maiores benefícios em termos de comentários.

O Dr. Haroldo Machado Filho explicou o processo de consulta aos atores envolvidos, e registrou que o FBOMS seria a “ponte” entre os participantes de projeto e as ONGs, e ressaltou que esse ator pode ser outro como o Observatório do Clima ou o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima. Esclareceu ainda que o principal objetivo dessa consulta é dar transparência ao processo e fazer com que todos os envolvidos participem. Finalizou, apontando que a Secretaria fez um modelo de como seria a consulta, baseada no processo da UNFCCC.

O Sr. Henrique Silva Moura seguiu fazendo a apresentação de como seria essa consulta, explicando passo a passo o processo. Em seguida, o Dr. Haroldo explicou que esse processo de consulta terá que ser refletido em Resolução da CIMGC na devida forma jurídica para que posteriormente essa nova resolução seja aprovada pela Comissão, o que ainda não havia sido feito já que havia uma discussão somente no campo das ideias. Portanto, para que o processo prosseguisse, seria necessário o consentimento da Comissão. Sendo a proposta aprovada pela Comissão, a Secretaria Executiva elaboraria uma proposta de nova resolução que contemplasse esse novo processo de consulta.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira prosseguiu resumindo o exposto pelo Dr. Haroldo e Henrique, explicando então que a Comissão teria duas opções para resolver esse problema: a primeira que seria a troca do FBOMS por uma outra instituição, que seria mais simples ou alterar o processo de consulta como foi sugerido na apresentação do Dr. Henrique, o que

demandaria uma nova resolução, mas que por sua vez, seria um processo mais amplo e transparente. Em seguida os representantes do Ministérios dos Transportes e Planejamento elogiaram a iniciativa da Secretaria Executiva em elaborar um novo processo de consulta aos atores envolvidos.

O representante do Ministério de Minas e Energia também elogiou a iniciativa e perguntou se a página do MCT é muito acessada. Em resposta, o Sr. Henrique Moura respondeu que a parte de mudanças climáticas do site do MCT é a parte que tem mais objetos publicados e é a mais acessada do Ministério. Em seguida, o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira enfatizou que a página do MCT é muito visitada e passou a palavra para o Sr. Thiago de Araújo Mendes que disse que no ano passado essa página do MCT recebeu dois milhões e trezentos mil acessos, e ressaltou também que, levando em conta esses números e com os cerca de oito atores convidados a tecer comentários como está previsto pela atual resolução, este novo processo de consulta é muito mais abrangente e transparente.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Andrea Arion Oncala, sugeriu que o FBOMS divulgue esse novo processo de consulta para seus afiliados, no momento que a nova resolução entrar em vigor Além disso, foi sugerido também que na página do MCT tenha uma chamada indicando que existe um processo de consulta pública na página.

Como todos os membros presentes na reunião aceitaram a proposta feita pela Secretaria Executiva, o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira registrou que seria apresentada uma minuta de proposta para essa nova resolução nas próximas reuniões.

#### **– Definição do calendário das reuniões da CIMGC para o ano de 2011**

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira prosseguiu, mencionando o período que a Comissão deve se reunir para se manifestar sobre os projetos submetidos, chamando a atenção para a sugestão feita pela Secretaria Executiva em relação ao calendário das próximas reuniões da Comissão, bem como da reunião extraordinária a se realizar em novembro deste ano. Todos os membros presentes na reunião concordaram com o calendário-tentativa sugerido para o ano que vem, bem como com a reunião extraordinária marcada para o dia 18 de novembro.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Dr. Adriano Santhiago de Oliveira encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.